



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE CRATEÚS**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**LUANA CARLOS RODRIGUES**

**EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO INDÍGENA NO  
MUNICÍPIO DE CRATEÚS**

**CRATEÚS-CEARÁ**

**2022**

LUANA CARLOS RODRIGUES

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO INDÍGENA NO  
MUNICÍPIO DE CRATEÚS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús, Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Esp. Laís Helena Marques Garcia

CRATEÚS-CEARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Estadual do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Rodrigues, Luana Carlos.

Educação Infantil no contexto de uma  
instituição indígena no município de Crateús  
[recurso eletrônico] / Luana Carlos Rodrigues. -  
2022.  
45 f.

Trabalho de conclusão de curso (GRADUAÇÃO) -  
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de  
Educação de Crateús, Curso de Pedagogia, Crateús,  
2022.

Orientação: Prof.e Esp. Lais Helena Marques  
Garcia.

1. Curumins. 2. Educação Infantil. 3.  
Instituições Indígenas. I. Título.

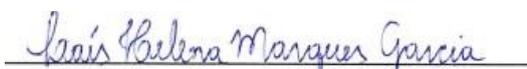
LUANA CARLOS RODRIGUES

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE UMA INSTITUIÇÃO INDÍGENA  
NO MUNICÍPIO DE CRATEÚS

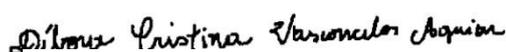
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Educação de Crateús da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção de grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 29/06/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Esp. Laís Helena Marques Garcia (Orientadora)  
Faculdade de Educação de Crateús – FAEC  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Professora: M.<sup>a</sup> Débora Cristina Vasconcelos Aguiar  
Faculdade de Educação de Crateús – FAEC  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.<sup>a</sup> Esp. Rozilda Pereira Barbosa  
Faculdade de Educação de Crateús – FAEC  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedico esta monografia primeiramente a Deus, por ter me ajudado a chegar até aqui, e também aos meus Pais: Edmilson Rodrigues Moreno e Lúcia Henrique Carlos Rodrigues, que mesmo diante das dificuldades sempre me deram forças para eu nunca desistir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado chegar até aqui, por mais que eu tenha passado por momentos difíceis, Deus sempre me ajudou me dando forças, coragem e persistência.

Agradeço imensamente também a minha família meus pais Edmilson Moreno e Lúcia Henrique e meu irmão Luan Carlos e meu esposo Ismael Dias que sempre me apoiaram e me incentivaram para que eu continuasse e nunca desistisse da universidade, e por sempre ir me deixar na faculdade, e sempre compreender quando eu tinha atividades para fazer.

Agradeço aos professores e principalmente minha orientadora Laís Helena que contribuiu bastante na minha formação, desde as disciplinas gestão escolar, e estágio em EI, e também como monitora em sua disciplina fundamentos da Educação Infantil.

Agradeço as professoras Rozilda Pereira e Débora Cristina, por aceitarem participar da minha banca, e que contribuíram imensamente com as orientações feitas, agradeço demais as contribuições das duas excelentes professoras.

Agradeço as instituições no qual já passei que contribuíram também para que eu chegasse até a universidade.

Agradeço as minhas amigas Erlane e Antônia de Maria, pelas contribuições, os trabalhos realizados juntas, pois iniciamos as três na EI e graças a Deus conseguimos finalizar a graduação todas juntas.

“Cortaram os galhos, os troncos, mas esqueceram de arrancar as raízes, e essas raízes brotaram, e essas raízes somos nós, índios potyguara de Crateús”.

(AUTORIA DESCONHECIDA)

## RESUMO

A Educação Infantil – EI a primeira etapa da educação básica para o desenvolvimento integral, social e cognitivo da criança com base na LDB (BRASIL,1996). Com isso, esse trabalho tem como foco principal a EI em uma instituição indígena. Tem por objetivo geral identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras na aprendizagem dos curumins em uma instituição indígena que atende a EI no município de Crateús, e como objetivos específicos: conhecer o que apontam os documentos legais sobre a EI nas instituições indígenas; identificar a importância da EI nas instituições indígenas; analisar como os educadores trabalham a cultura indígena na EI. Para tanto, como embasamento teórico serão utilizados no decorrer do trabalho Constituição Federal - CF(BRASIL,1988), Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (BRASIL,1990) Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL,1996), Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI (BRASIL,1998) Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL,2018). E também artigos como: Paiva (2000), Oliveira (2007), Bergamaschi (2010), Gatti (2019), Schramm, Macedo e Costa (2019) a fim de responder ao objetivo geral e específicos dessa monografia, após pesquisas bibliográficas, foi conduzida uma entrevista com uma professora de EI e também observação em uma sala de atividade em EI em uma instituição indígena. Por meio da entrevista e da observação foi possível chegar nas práticas pedagógicas desenvolvidas na aprendizagem dos curumins. E a partir do exposto por ela, tornou-se possível considerar importante as práticas pedagógicas desenvolvida com os curumins na EI. E através das produções de artesanatos, toré com as crianças da EI dentro da sala de atividade, as professoras desenvolvem as práticas pedagógicas através das práticas indígenas.

**Palavras-chave:** Curumins. Educação Infantil. Instituições Indígenas.

## **ABSTRACT**

Early Childhood Education – EI the first stage of basic education for the integral, social and cognitive development of the child based on the LDB (BRASIL, 1996). Thus, this work has as its main focus the EI in an indigenous institution. Its general objective is to identify the pedagogical practices developed by the teachers in the learning of curu-mins in an indigenous institution that serves EI in the municipality of Crateús, and as specific objectives: to know what the legal documents on EI in indigenous institutions point out; identify the importance of EI in indigenous institutions; to analyze how educators work with indigenous culture in EI. Therefore, as a theoretical basis will be used in the course of the work Federal Constitution - CF (BRASIL,1988), Statute of Children and Adolescents - ECA (BRASIL,1990) Law of Directives and Bases - LDB (BRASIL,1996), Referencial National Curriculum for Indigenous Schools - RCNEI (BRASIL, 1998) National Curricular Common Base - BNCC (BRASIL, 2018). And also articles such as: Paiva (2000), Oliveira (2007), Bergamaschi (2010), Gatti (2019), Schramm, Macedo and Costa (2019) in order to respond to the general and specific objective of this monograph, after research bibliographical references, an interview was conducted with an EI teacher and also observation in an EI activity room in an indigenous institution. Through the interview and observation it was plausible to arrive at the pedagogical practices developed in the learning of curumins. From what she exposed, it became plausible to consider the pedagogical practices developed with the curumins at EI important. And through the production of handicrafts, toré with the EI children inside the activity room, the teachers develop the pedagogical practices through indigenous practices.

**Keywords:** Curumins. Child education. Indigenous Institutions.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CE	Ceará
CEB	Câmara da Educação Básica
CF	Constituição Federal de 1988
CNE	Comissão Nacional da Educação
CREDE	Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil
DCRC	Documento Curricular Referencial do Ceará
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAEC	Faculdade de Educação de Crateús
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>ENVOLVIMENTO COM O TEMA</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>QUESTÕES DA PESQUISA</b>	<b>13</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>14</b>
<b>5.1</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>14</b>
<b>5.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>14</b>
<b>6</b>	<b>ESTRUTURA DO TRABALHO</b>	<b>15</b>
<b>7.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>16</b>
<b>7.1</b>	<b>Educação indígena no Brasil</b>	<b>16</b>
<b>7.2</b>	<b>O surgimento da EI</b>	<b>18</b>
<b>7.3</b>	<b>EI nos documentos legais</b>	<b>19</b>
<b>7.4</b>	<b>Formação das professoras da EI nas instituições Indígenas</b>	<b>22</b>
<b>8</b>	<b>VIÉS METODOLÓGICO</b>	<b>24</b>
<b>8.1</b>	<b>Sujeito da pesquisa</b>	<b>24</b>
<b>8.2</b>	<b>Lócus da pesquisa</b>	<b>25</b>
<b>8.3</b>	<b>Pesquisa bibliografica,entrevista e observação</b>	<b>26</b>
<b>9.</b>	<b>RESULTADOS: ANÁLISE COM BASE NA ENTREVISTA DA PROFESSORA DA INSTITUIÇÃO INDÍGENA DA EI</b>	<b>29</b>
<b>9.1</b>	<b>Análise das observações</b>	<b>29</b>
<b>9.2</b>	<b>Análise das respostas da entrevista</b>	<b>31</b>
<b>10.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>39</b>
	<b>APÊNDICE A-TERMO DE CONSETIMENTO DA ENTREVISTA</b>	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA EI</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões acerca da temática Educação Infantil – EI no Contexto de uma instituição indígena no município de Crateús-CE, onde mostra no decorrer do texto a importância da EI nas instituições indígenas, as práticas desenvolvidas com os curumins<sup>1</sup> na EI, e também a importância da EI. Além disso, também enfatiza as questões indígenas, e quais os desafios para se ter uma educação de qualidade.

A Educação indígena vem de um processo que marcou cruelmente os povos indígenas deste país, pois desde a chegada dos europeus ao Brasil que a história dos povos originários desta terra entrou em um processo de massacre de sua língua, costumes e tradições.

Os povos indígenas vêm resistindo há anos, principalmente com o atual contexto político que estamos vivendo, em que seus direitos são ameaçados todos os dias. Os povos indígenas preservam seus costumes, tradições, para que possam sempre se manter “vivos”, de modo que essas tradições são mantidas através da educação, da saúde, e da mãe terra. Os povos indígenas através das suas instituições de ensino, procuram sempre resgatar e manter as suas tradições passando sempre de geração para geração.

Como explicita a Lei de diretrizes e Bases - LDB (BRASIL,1996):

a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.

Esta pesquisa trata de temáticas tanto relacionadas a EI, como dá Educação Indígena. Diante disso, através de estudos bibliográficos e observações que foram realizadas de forma presencial, e pesquisas embasadas sobre o assunto,

---

<sup>1</sup> Curumim é uma palavra de origem tupi e designa, de modo em geral, as crianças indígenas.

tratando especificamente da EI nas escolas indígenas, pretendo contribuir com essa temática que é de suma importância.

## 2 JUSTIFICATIVA

Diante do contexto de dificuldades que a educação indígena vem enfrentando ao longo dos anos, em que os povos indígenas lutam diariamente para que seus direitos não sejam retirados, e através de pesquisas realizadas na biblioteca da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no site da biblioteca Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), percebi que são poucos trabalhos acadêmicos voltados para a EI em instituições indígenas, no qual através das plataformas da biblioteca da UECE encontrei 02 trabalhos acadêmicos, na plataforma da SCIELO 15 trabalhos e na BDTD encontrei 64 entre teses e trabalhos sobre a educação infantil indígena. Contudo, depois de realizar pesquisas e, com o conhecimento que tinha sobre a educação indígena, embora já tenha sido aluna de uma instituição indígena, e como atuante dentro do movimento como jovem e liderança, decidi aprofundar mais sobre o tema.

Considero esse tema de suma importância e, principalmente, no atual contexto político e pandêmico<sup>2</sup> que estamos vivenciando e falar de EI para os curumins se torna importante, uma vez que são o futuro do movimento indígena.

Para a população indígena é de extrema importância que o seu povo tenha uma educação de qualidade e se aproprie dos conhecimentos acadêmicos, já que podemos perceber o quanto é difícil encontrar escritas acadêmicas relacionadas à EI dos povos indígenas.

Através das instituições indígenas que se apreende sobre as lutas e conquistas passadas pelos mais velhos, através das diferentes metodologias utilizadas pelos professores. Nessa perspectiva, a instituição indígena é diferenciada por diversos motivos, dentre eles, a forma de se trabalhar com as turmas na busca de revitalizar

---

<sup>2</sup> O início da pesquisa da monografia, estava no início da pandemia covid-19 em que todas as instituições estava em isolamento social.

e manter a cultura indígena viva, através da aprendizagem proporcionada pelos educadores que sabem e conhecem o seu povo.

### **3 ENVOLVIMENTO COM O TEMA**

O contato com o tema ocorreu à medida que observo instituições de educação que atendem curumins dentro de aldeias indígenas em zona urbana como, por exemplo, no município de Crateús, no Estado do Ceará.

E a partir das vivências e conhecimentos que adquiri no Ensino Fundamental, quando estudei em uma instituição indígena, me trouxe o interesse de mostrar como se dá as aprendizagens dos curumins em um contexto específico de atendimento de EI, sobretudo, no contexto histórico atual.

Pelo fato de ser indígena pertencente a etnia potyguara, posso falar com um pouco de propriedade sobre as dificuldades vivenciadas pelo meu povo e pelos povos nativos da minha região. O estudo da temática também visa a dar visibilidade a luta indígena por uma educação de qualidade e pela garantia de seus direitos, por perceber que não há tantos trabalhos e discussões ainda acontecendo sobre esses temas.

Além disso, o interesse surgiu também por ter tido a oportunidade de escrever um texto sobre essa temática para apresentação nos encontros universitários na Universidade Estadual do Ceará - UECE em Fortaleza, no ano de 2019, no período em que fui monitora da disciplina de fundamentos da EI, na Faculdade de Educação de Crateús - FAEC no município de Crateús. A pesquisa me encantou e senti a necessidade de aprofundar os meus conhecimentos.

O fato de ter acompanhado, junto com a professora orientadora da turma da disciplina de EI no curso de Pedagogia, a uma visita de campo em um espaço educacional indígena percebi que isso é pouco para uma formação, e passei a ter um interesse maior de estar pesquisando mais profundamente sobre o tema em questão.

Durante o estágio curricular em EI, disciplina obrigatória do curso de pedagogia, também tive a oportunidade de observar uma turma onde a professora trabalhava com crianças do infantil IV e V no turno da manhã, a turma tinha 11 alunos

matriculados, nessa turma pude realizar observações e diálogo com a professora para ter mais embasamento necessário para a construção do trabalho.

Portanto, diante de todas essas experiências, decidi aprofundar mais sobre o tema que fala da importância da educação escolar e direcionando meu olhar para a turma de EI, tendo assim, a oportunidade também de discutir sobre o atual contexto em que a vida dos povos indígenas se encontram.

#### **4 QUESTÕES DA PESQUISA**

Para o desenvolvimento desta pesquisa indaguei várias questões que serviriam como eixo orientador, e que posteriormente foram utilizados na entrevista e também na observação, dentre as perguntas que levantei e que busquei responder para esta pesquisa estão:

De que forma os educadores desenvolvem as práticas pedagógicas para um melhor desenvolvimento de seus alunos da EI dentro das instituições indígenas? De que maneira é trabalhada a cultura indígena na EI? Quais as metodologias mais utilizadas pelos educadores? Quais documentos legais os educadores têm como base para trabalhar com a EI?

Contudo, nesta perspectiva foi possível desenvolver um estudo que esclarecesse esses e outros questionamentos que foram surgindo no decorrer de toda a pesquisa, no qual trouxe informações importantes para a construção desta monografia.

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 Objetivo geral**

- Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora na aprendizagem dos curumins em uma instituição indígena que atende a EI no município de Crateús.

### **5.2 Objetivos específicos**

- Conhecer o que apontam os documentos legais sobre a EI nas instituições Indígenas.
- Identificar a importância da EI nas instituições indígenas.
- Analisar como os educadores trabalham a cultura indígena na EI.

## 6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho encontra-se organizado nas seguintes seções. De início, trago a introdução, justificativa, envolvimento com o tema, questões de pesquisa, objetivos e estrutura do trabalho.

Em sequência é abordado o referencial teórico, com subtópicos onde o primeiro aborda um breve histórico sobre a Educação Indígena no Brasil, o segundo sobre o surgimento da EI, o terceiro destaca sobre a EI nos documentos legais e o quarto trata sobre a formação das professoras da EI nas instituições indígenas.

Logo após, é discorrido sobre o viés metodológico dessa monografia, trazendo como subtópicos o sujeito da pesquisa, *locus* da pesquisa, e pesquisas bibliográficas, e como pesquisa de campo entrevista e observação.

Adiante são apresentados os resultados que se deu através das entrevistas e visita de campo que foi realizada no mês de maio de 2022 em uma instituição indígena no município de Crateús.

E por fim trago as considerações finais, e logo encerrando com as referências, em seguida os apêndices para a realização desse trabalho.

## 7 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda sobre o referencial teórico utilizado como embasamento para o desenvolvimento do assunto pesquisado, visando abordar inicialmente sobre a história da Educação indígena no Brasil, discorrendo como surgiu a Educação indígena, para depois entendermos como surgiu a EI e leis que garantam a EI nas instituições indígenas, e logo após, conhecer como ocorre a formação dos professores de EI nas instituições indígenas, com embasamento na entrevista e visita de campo realizada.

### 7.1 Educação indígena no Brasil

Com base em Paiva (2000), ao se falar de educação indígena, logo nos vem à mente o período da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e a vinda dos Jesuítas para catequizar os índios, que até então acreditava-se que os índios não tinham crença e suas almas estavam necessitando de Deus. Como cita em Paiva (2000, p. 06). “Os índios não tinham comportamento coerente com a ordem de Deus: estavam na desordem, reino do demônio, cumpria retirá-los da jurisdição do demônio e inseri-los na comunidade cristã”. Com isso, os jesuítas catequizavam os índios para que, assim, pudesse ter uma vida coerente com a ordem de Deus, e que fossem todos cristãos.

A escolarização indígena bem no início das explorações das terras brasileiras eram simplesmente os pensamentos e a religião dos brancos, que estava sendo impostas aos indígenas, neste período não se buscou conhecer as crenças e costumes destes povos nativos. Só com a Constituição Federal -CF (BRASIL,1988) este ensino veio ter grandes mudanças, pelo menos em tese, a nível de documento, neste período que a educação indígena teve fortes reformulações e passou por grandes conquistas, pois foi resultado de uma luta dos povos indígenas de todo o Brasil.

Através de lutas, os povos indígenas foram ocupando espaços e seu reconhecimento dentro da educação do país foram tendo suas leis próprias como: Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas RCNEI (BRASIL,1999) esse documento foi instituído a partir da LDB (BRASIL,1996), para aproximar a prática escolar

às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as escolas Indígenas- DCNEI (BRASIL,2012) e também o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil-RCNEI (BRASIL,1998)

As DCNEI (BRASIL,2012) também foram uma conquista dos povos indígenas, pelo menos no que diz respeito à documentação orientadora para o trabalho específico com os povos indígenas.

Esse documento tem como objetivo oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena, que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, levando em conta os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como, para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas.

Foram criados pareceres e resoluções do CNE sobre as escolas indígenas como: Parecer CNE/CEB nº 14/1999, aprovado em 14 de setembro de 1999 - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, e o Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas entre outros parecer sobre a questão da educação indígena. .

Conforme diz na LDB, no artigo 22 (BRASIL,1996, p. 11) “a Educação Infantil é a parte integrante da educação básica, cuja finalidade é desenvolver o educando a formação indispensável para o exercício da cidadania”, pois através da EI, que é a etapa de suma importância para o desenvolvimento da criança, pois são trabalhados vários aspectos que ajudam a criança na sua aprendizagem.

Como cita Lima (2007), quando uma criança adentra na instituição, seu desenvolvimento naquele local e toda a aprendizagem é possibilitada a ela, ou seja, todo conhecimento na EI a criança adquire, por isso a importância de desenvolver o educando principalmente na EI.

Como embasamento temos também a BNCC (BRASIL, 2018) que aborda as dez competências gerais que asseguram o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, visando uma sociedade justa, democrática e inclusiva, para que ao longo do processo os alunos possam desenvolver essas competências.

## 7.2 O surgimento da EI

Com base na BNCC (BRASIL, 2018), a EI é o início e o fundamento do processo educacional, portanto, para entendermos a EI, é importante abordarmos um pouco sobre o seu surgimento, que se deu início na Idade Média, pelos senhores feudais que detinham o poder absoluto. Naquela época, a criança era considerada um pequeno adulto e executava as mesmas atividades dos mais velhos. Os colégios que havia na época eram coordenados pela Igreja, sendo reservados ao grupo de clérigos.

Com a Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de Estados laicos trouxeram mudanças e transformaram a visão que se tinha da criança: se era oriunda de família abastada tinha-se todo cuidado com ela, já as crianças pobres não tinham esse tratamento, como citam Schramm, Macedo e Costa (2019 p. 42): “a visão que se tinha da criança: se era oriunda de família abastada, tinha-se amor por ela, lamentava-se a sua morte e guardava-se a imagem dela para torná-la imortal. A criança pobre não tinha esse tratamento”.

“E a partir da metade do século XVII, a política escolar retardou para os dez anos a entrada das crianças nas escolas, por considerá-las fracas, imbecis e incapazes.” Schramm, Macedo e Costa (2019 p. 48).

Pestalozzi, Froebel, Montessori e McMillan foram os idealizadores do modelo educacional da pré-escola como uma forma de superar a miséria, a pobreza e a negligência das famílias.

Após o primeiro marco na história da EI com a CF (BRASIL, 1988) que reconheceu a creche e pré-escola como parte do sistema educacional do país e a educação pré-escolar foi considerada direito de todos e dever do Estado, devendo ser integrada ao sistema de ensino.

Em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, a partir da lei 8.069, as crianças e adolescentes foram reconhecidas como cidadãos de direitos, alcançando conquistas históricas.

Diante de todo evolucionismo de pensamento conceitual acerca da infância, a conjuntura desloca-se por uma política afirmativa de educação voltada para a concretização dessas novas concepções.

Contudo, em 1994 o MEC definiu uma política nacional de EI, com o intuito de viabilizar fundamentos mais concretos para a atuação docente nos espaços educacionais. Para Oliveira (2007, p. 117):

Esses fatos prepararam o ambiente para a aprovação da nova LDB, Lei 9394/96, que estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica, conquista histórica que tira as crianças pequenas pobres de seus confinamentos em instituições vinculados a órgãos de assistência social (OLIVEIRA, 2007, p. 117).

E no ano de 1996, outro passo importante veio com a LDB (BRASIL, 1996) que constituiu a EI como dever dos municípios e estabelece sub faixas: creche para 0a 3 anos e pré-escolas de 4 a 5 anos, que elevou a EI para a primeira etapa da educação básica.

E para dar qualidade no atendimento a partir das orientações do Ministério da Educação - MEC e não mais da Assistência Social como secularmente era submetida, foram lançados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - RCNEI.

Todavia, o atendimento na EI passa a ser definido de 0 até os 5 anos no qual incorpora as crianças de até três anos em creches e quatro e cinco anos de idade<sup>3</sup> em pré-escolas. com a LDB (BRASIL, 1996) mostrou avanço na concepção de EI, pois veio a definir uma educação voltada realmente para a criança, considerando-a como sujeito social de direitos que deve ser mantida pelo Estado uma vez que o nível de ensino se constitui como primeira etapa da Educação Básica.

A concepção de infância se intensificou ainda mais, com a garantia das referidas leis dando possibilidade de transformar um novo pensamento acerca do que venha a ser criança passando a ser compreendida como uma pessoa que também possui direitos e deve usufruir dos bens simbólicos e materiais da sociedade.

### 7.3 EI nos documentos legais

De acordo com a concepção da LDB (BRASIL, 1996), nos artigos 29 e 30 que discorrem sobre a EI, é possível analisar qual é a finalidade da EI dentro dos parâmetros documentais:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. avaliação será feita mediante acompanhamento. Art.30 A

<sup>3</sup> A Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016, alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, reduzindo de seis para cinco anos de idade o ciclo para recebimento de crianças nas instituições de EI.

educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL,1996).

Através da promulgação da CF (BRASIL,1988) em 5 de outubro de 1988, que contemplou a questão indígena, dedicando um capítulo específico aos indígenas,o artigo 231 assim afirma:

São reconhecidas aos índios suas organizações sociais, costumes, língua, crenças e tradições e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens. (BRASIL,1988).

A CF (BRASIL,1988) garante também aos indígenas, a manutenção de sua identidade cultural, possibilitando que a instituição indígena se tornasse um instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, como citado no artigo 210 da CF(BRASIL,1988):

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL,1988 art.210).

Os indígenas também são assegurados por serem cidadãos brasileiros, portanto, estão amparados também pela legislação geral como ECA (BRASIL,1990),lei federal nº 8.069 de 1990, que garante em seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL,1990. p.08)

A citação anterior mostra que as crianças e adolescentes estão assegurados legalmente, apesar de ocorrer muitas injustiças com este público, os direitos são claros em defesa da criança e do adolescente.

Em 1988, é lançado pelo MEC o RCNEI (BRASIL,1999), que garante aos povos indígenas uma educação que valorize as práticas culturais, ou seja, uma escola diferenciada para os povos indígenas. “construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas” (BRASIL,1999).

E com isso, veio a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL,2012) que garante aos povos indígenas terem suas próprias instituições indígenas, uma escola que respeitasse seu modo próprio de trabalhar, e que garantisse aos povos indígenas a construir turmas com a EI dependendo da necessidade da aldeia, através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012).

A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola. (BRASIL,2012 pág. 04).

A EI nas instituições indígenas é um direito dos povos indígenas que garante uma educação diferenciada, que respeite sua cultura, e que deva considerar as práticas de educar e de cuidar. Como mencionado no Art. 8º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL,2012):

A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica. (BRASIL, 2012, p. 04).

As instituições indígenas garantem o acesso para que a comunidade e os mais sábios possam contribuir para a construção de desenvolvimento dos curumins, e que as práticas culturais de cada comunidade possam contribuir para o educar e cuidar da criança. Como mencionado no artigo 8º no § 3º: “I - Promover a participação

das famílias e dos sábios, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, em todas as fases de implantação e desenvolvimento da Educação Infantil”; (BRASIL, 2012. p.04)

#### **7.4 Formação das professoras da EI nas instituições Indígenas**

Inicialmente para compreendermos a EI nas instituições indígenas, precisamos saber como se dá a formação das professoras<sup>4</sup>, qual o nível e formação exigida para trabalhar dentro das instituições indígenas. Diante disso, é de suma importância realizar esse aprofundamento, pois com base nos documentos legais e na entrevista realizada, pude observar que a formação das professoras ocorre de maneira diferenciada, que é o magistério indígena que trago logo adiante nas análises das respostas da entrevista.

Com base na resolução do PARECER/CNE nº04/2014 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, as primeiras experiências de formação de indígenas para atuarem nas escolas de suas comunidades remontam ao final da década de 1960. Inicialmente formados como monitores bilíngues para auxiliar nos processos de escolarização nas Línguas Portuguesa e Indígena.

Como forma de se garantir a qualidade sociocultural do ensino e da aprendizagem nestas instituições, faz-se necessário ter a sua frente, como docentes e como gestores, os próprios indígenas pertencentes a suas respectivas aldeias. Isso já é garantido em base legal, no art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Seção II - Dos professores indígenas: formação e profissionalização).

No âmbito das ações governamentais, as formações dos educadores das instituições vêm-se dando tanto por meio de cursos de magistério indígenas em Nível Médio, modalidade normal, quanto mediante licenciaturas interculturais. Portanto,

---

<sup>4</sup> Como padronização utilizei o termo professora a se referir os educadores da EI.

com embasamento na entrevista com a professora, a mesma relata que essas formações não acontecem mais, e é a própria instituição que realiza com os educadores, a CREDE do município raramente realiza capacitações para as instituições indígenas.

Os magistérios indígenas respondem à demanda pela oferta da EI e os primeiros anos do Ensino Fundamental, e as licenciaturas interculturais para os anos finais do Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio como citado nas DCNEI (BRASIL, 2012):

As formações continuadas vêm sendo ofertadas também em regime de colaboração por meio de programas e cursos específicos do MEC, das secretarias estaduais e municipais e ainda das universidades e dos institutos federais de educação profissional e tecnológica. Essas formações geralmente têm sido destinadas exclusivamente aos professores indígenas que já atuam nas escolas de suas comunidades, mas que ainda não possuem formação própria para o exercício docente. (BRASIL/2012)

Conforme a citação anterior, os magistérios são exclusivamente para os professores indígenas, fazendo com que possa atuar dentro da sua comunidade, e se não tiver formação, possa estar se qualificando para atuar dentro da sua aldeia a nível médio, mas como formação dos professores em nível superior atualmente estar sendo ofertado curso de licenciatura intercultural indígena, qualificando os professores indígenas a lecionar em várias disciplinas, o curso em nível superior estar sendo ofertado pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

## 8 VIÉS METODOLÓGICO

Esta seção trata sobre a apresentação da metodologia utilizada para a construção do presente trabalho, sendo dividida em quatro subtópicos, onde destaco: (8.1) sujeito da pesquisa, que abordará o que foi utilizado para a construção do trabalho; (8.2) Lócus da pesquisa; (8.3) Pesquisa bibliográficas, entrevistas e observação.

### 8.1 Sujeitos da pesquisa

O sujeito da pesquisa é uma professora da EI IV e V, são turmas que ficam juntas dentro da sala de atividade. Inicialmente procurei junto a instituição informalmente ver a disponibilidade da instituição para ajudar na construção do presente trabalho, falei sobre a intenção e como ocorreria a pesquisa. E para um melhor embasamento seria necessário realizar uma entrevista com uma professora, e também observação na sala de atividade.

E para formalizar a observação que estava sendo realizada foi disponibilizado impresso o termo de consentimento<sup>5</sup> para preenchimento da professora que foi entrevistada e assinada por ela. A professora foi indicada pela instituição no qual mostrei as perguntas que seriam abordadas na entrevista que seriam viáveis para o desenvolvimento do trabalho.

A escolha do sujeito da pesquisa se deu através de ser preferencialmente uma professora que trabalhe com a EI, e que tivesse muitos anos de experiência, pois seria crucial para ajudar na construção do trabalho, com os embasamentos histórico do início da instituição.

Durante a pesquisa não é apresentado o nome da professora e também o nome da instituição pois com base em Gatti (2019, p.36): “[...]Respeito total à dignidade humana deve ser a preocupação básica no trabalho de pesquisadores em educação”.

A escolha do infantil IV e V se deu por ser crianças da pré-escola, em queo processo educacional já está um pouco mais avançado do que as crianças da creche de 0 a 3 anos. Pois no infantil IV e V as crianças começam a desenvolver seu

---

<sup>5</sup> Termo situado no APÊNDICE A dessa monografia

pensamento crítico e seu reconhecimento. Essa etapa seria ideal para a desenvolvimento dessa pesquisa.

## **8.2 Lócus da pesquisa**

O lócus da pesquisa consistiu em uma instituição indígena situada no município de Crateús CE, que atende tanto a EI como alunos do ensino fundamental e da EJA. A instituição deu início as suas atividades desde o dia 23 de março de 2009. Atualmente funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Atende um total de 200 alunos matriculados, é uma instituição mantida pelo governo estadual com apoio da CREDE. O ambiente institucional encontra-se divididos em: quatro salas de aula, três banheiros, uma cozinha, uma diretoria e uma sala para o assessor financeiro.

O quadro de funcionários é composto por: vigias, porteiros, serviços gerais, merendeira, diretor, coordenador, professores, secretaria, assessor financeiro. A instituição só não tem prédio próprio, mas já tem o terreno para a construção e está só esperando autorização do governo do estado para a construção do prédio.

A seleção dessa instituição indígena se deu por ser em Crateús CE município que decidi observar e aprofundar no tema específico, pelo fato também de conter dois espaços educacionais indígena no município, e também por ser onde resido, a escolha dessa instituição se deu também devido eu ter feito o estágio curricular em EIdisciplina obrigatória do curso de pedagogia, na outra instituição indígena, assim, seria viável conhecer o outro espaço educacional indígena em Crateús.

### 8.3 Pesquisas bibliográficas, entrevista e observação

A pesquisa bibliográfica tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Como cita Andrade (2010 p.25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Portanto, inicialmente foi realizada uma busca por meio virtual, a fim de identificar monografias, livros, textos, artigos e teses referentes ao assunto citado. A pesquisa de artigos, monografias foi realizada através do google acadêmico e da própria plataforma da biblioteca da UECE. Foi utilizada também a plataforma BDTD para realizar buscas por dissertações e teses mais aprofundadas sobre o tema, na qual se deu a pesquisa através de palavras chaves como: “educação infantil, educação infantil indígena, instituições indígenas, crianças indígenas”.

Nas pesquisas realizadas nas plataformas citadas anteriormente encontrei até o presente momento para a construção do trabalho, 02 trabalhos acadêmicos na biblioteca da UECE, 15 trabalhos na SCIELO e 64 na BDTD teses e dissertações.

No decorrer da escrita da monografia tive como embasamento a CF (BRASIL, 1988), ECA (BRASIL, 1990) LDB (BRASIL, 1996), RCNEI (BRASIL, 1998) BNCC (BRASIL, 2018). E também artigos como: Paiva (2000), Oliveira (2007), Bergamaschi (2010), Gatti (2019).

E logo após as pesquisas bibliográficas realizadas no primeiro momento desse trabalho, foi realizada também pesquisa de campo como: a entrevista e observação com a turma de EI. Pois através da entrevista e observação foi possível extrair informações para o presente trabalho. A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores para a coleta de dados. Segundo Gil (2008 p.109) “pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e

lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Portanto, a opção da entrevista presencialmente e a observação na instituição que foi realizada durante o período da tarde, uma observação que não seguiu roteiro, mas foi realizada com base nos objetivos dessa monografia para conhecer realmente a realidade como condiz com os documentos legais, e através das entrevistas pude ter um aprofundamento da temática, pois através das respostas da professora coletei mais informações do que estava no roteiro de perguntas.

A entrevista durou 37 minutos, no qual a professora foi respondendo o roteiro de entrevista conforme APÊNDICE B. As indagações feitas na entrevista foram construídas visando a compreensão dos objetivos desse trabalho. Assim, como já abordado na seção anterior, foram realizadas onze perguntas das quais as quatro primeiras indagações propostas foram mais subjetivas, para que possa conhecer sua formação, tempo de trabalho, e se trabalhou em instituição convencional (instituição não indígena) e adiante foram as perguntas mais específicas desse trabalho, e através da entrevista a professora mencionou vários pontos que foram importantes para a construção desse trabalho.

Para que não perdesse nenhuma informação, a entrevista foi gravada e depois foram transcritas as respostas para trazer para a construção do trabalho, sendo que a professora autorizou ser gravada, e assinado também o termo conforme APÊNDICE B

Para o aprofundamento da presente monografia foi realizada também como mencionada na seção anterior a observação dentro da sala de atividade, pois foi necessário para assim ser feito um trabalho mais aprofundado vendo a prática dentro de um espaço convencional indígena e não ser feita somente a entrevista, e foram feitas essas comparações entre: documentos legais e observação dentro da sala de atividade. E assim também respondendo o objetivo geral desse trabalho, e com cita em Bartelmebs (2008 p,02)

a observação é um importante instrumento de coleta de dados. No entanto, observar está além da simples capacidade de ver. Isto é, observar é mais do que simplesmente registrar através de uma percepção aquilo que é produzido por uma sensação. Observar é poder ver e compreender uma situação, é tirar o máximo de abstrações possíveis de um fato ou de uma resposta dada por um sujeito de pesquisa.

Portanto, ao longo da observação pude identificar algumas práticas educacionais que são garantidas dentro da própria BNCC (BRASIL 2018) LDB (1996) e também na DCNEI (2012) que trago mais adiante na seção 9.0<sup>6</sup>. Pois através das pesquisas bibliográficas realizadas para a construção desse trabalho, pude ter um embasamento para realizar essas comparações que são garantidas por lei, e também como é traduzida dentro das instituições e nas salas de atividade. No primeiro momento foi realizada inicialmente a observação dentro da sala de atividade no qual ocorreu no período da tarde e após a observação a professora se disponibilizou a responder a entrevista após o final das suas atividades.

---

<sup>6</sup> 9 resultados: Análise com base na entrevista da professora da instituição indígena da EI

## **9 RESULTADOS: ANÁLISE COM BASE NA ENTREVISTA DA PROFESSORA DA INSTITUIÇÃO INDÍGENA DA EI**

Nesta seção são apresentados e analisados os resultados da entrevista e observação realizada em uma instituição indígena no município de Crateús, com a busca em atingir os objetivos desse trabalho tanto geral como específicos. No qual através da observação pude fazer uma relação com as respostas e os documentos legais como: CF (BRASIL,1988), LDB (BRASIL, 1996), BNCC (BRASIL, 2018) DCNEI (BRASIL,2012). Essa seção está subdivididas em 9.1 Análise das observações; 9.2 Análises das respostas da entrevista.

### **9.1 Análise das observações**

Com base no objetivo geral e os objetivos específicos desse trabalho, e as análises das perguntas específicas (APÊNDICE B) ao realizar as pesquisas bibliográficas foram surgindo várias indagações para chegar nos objetivos dessa monografia. Ao realizar a primeira etapa <sup>7</sup> desse trabalho foram surgindo indagações e questionamentos que seriam importantes realizar na observação na sala de atividade e na entrevista.

Inicialmente, a primeira observação que pude realizar foi através da disciplina de estágio de EI, disciplina obrigatória para a licenciatura em pedagogia, através do estágio pude realizar observações e ter conhecimento sobre algumas práticas educacionais dentro das instituições indígenas, e que são também o principal objetivo desse trabalho.

O foco das observações era inicialmente identificar quais as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras nas aprendizagens dos curumins dentro de uma instituição indígena, e através das observações feitas nas duas instituições indígenas no município de Crateús, pude perceber que as práticas das duas instituições têm o mesmo foco principal, que é o desenvolvimento dos curumins com as práticas de aprendizagens indígenas. Inicialmente na instituição observada, a professora começa a aula com a oração, logo após são feitas algumas cantigas infantis, músicas cantadas também em outras instituições convencionais e em seguida, a professora

---

<sup>7</sup> Monografia I (QUALIFICAÇÃO)

faz uma roda de toré<sup>8</sup> com as crianças, e utilizam artesanatos como maraca<sup>9</sup>, para cantar as músicas indígenas que são cantadas somente nas instituições indígenas. na hora do toré dentro da sala de atividade, pude perceber que são as crianças que iniciam as músicas na hora do toré. Os artesanatos utilizados pela as crianças no momento do toré são produzidos na instituição com os alunos. Após o momento da roda do toré as crianças guardam os artesanatos dentro do armário, os artesanatos são utilizados no momento do toré dentro da sala e também quando tem algum eventona instituição, ou na aldeia.

Diante da observação, na hora do toré dois alunos ficam com vergonha, não participam do toré dos curumins com a professora, logo depois a professora falaque eles participam, acredita que ficou com vergonha devido ter visita na sala.

Em seguida, a professora mostra alguns artesanatos indígenas para as crianças e elas vão respondendo conforme a professora vai mostrando. A professora trouxe um cocar masculino, cocar feminino, pois os dois cocares têm modelo diferente, pois os cocares femininos tem um modelo parecido com uma tiara, já os cocares masculinos são maiores. traz também brincos produzidos de pena, pulseira e cordão feitos de semente. E a professora pergunta também as crianças quem é o pajé<sup>10</sup> e o cacique<sup>11</sup> da aldeia, pois cada etnia<sup>12</sup> possui um pajé e um cacique.

Pude observar também que na sala fica exposto um cocar, imagens das crianças todas caracterizadas no momento de festa na aldeia. Portanto, ao iniciar a construção do trabalho queria observar como é trabalhada a cultura indígena com a EI nas instituições indígenas, e com base na observação e na entrevista realizada, pude compreender e observar como é realizado esse desenvolvimento.

---

<sup>8</sup> O Toré é uma dança ritual realizada por diversos povos indígenas,

<sup>9</sup> chocalho indígena, usado em festas, cerimônias religiosas e guerreiras, que consiste em uma cabaça seca, desprovida de miolo, na qual se metem pedras ou caroços.

<sup>10</sup> pajé é o curandeiro e conhecedor de rituais ligados aos deuses indígenas

<sup>11</sup> O cacique, também importante nas aldeias, faz o papel de chefe, pois organiza e orienta os indígenas.

<sup>12</sup> Etnia refere-se ao âmbito cultural; um grupo étnico é uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas

## 9.2 Análises das respostas da entrevista

Foi realizada a entrevista com a professora, no qual foram indagadas 11 perguntas e durou 37 minutos a entrevista. Sendo que as primeiras perguntas foram mais gerais, no qual inicialmente perguntei: qual a sua formação? em qual instituição se formou? há quanto tempo trabalha na instituição indígena? já trabalhou em instituição convencional? A professora responde:

sou formada em Pedagogia, tenho pós graduação em gestão escolar, educação indígena, e atualmente estou realizando graduação em geografia. formei-me na instituição UECE, e já faz mais de 10 anos que trabalho na instituição indígena, não trabalhei em escola do município ou outra que não seja indígena, e tenho também o magistério indígena.

Assim, pôde-se observar que a formação da professora entrevistada está de acordo como cita na RCNEI (BRASIL,1998) em que fala sobre a formação da professora da instituição indígena:

A formação inicial de professores indígenas deverá ser realizada em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais e, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica e aproveitamento de estudos ou, ainda, excepcionalmente, em outros cursos destinados ao magistério indígena de Nível Médio nas modalidades normal ou técnica (BRASIL/1998)

Portanto, como cita o RCNEI (BRASIL,1998) em que aborda sobre a formação inicial dos professores indígenas, deve ser realizado em cursos específicos tanto em licenciaturas e pedagogias interculturais, e possa ter também aproveitamento de estudos no magistério indígena de nível médio.

A professora relata, que os magistérios indígenas que é feito exclusivo para as professoras indígenas não são mais realizados, e conta um pouco sobre o que foi magistério indígena e como surgiu em Crateús para as professoras indígenas:

Conseguimos fazer o magistério indígena em 2001, foram poucos que fizeram o magistério, quem realizou o magistério indígena eram os educadores que trabalhavam dentro das aldeias que sabiam ler e escrever e ensinaram os adultos. No tempo era cedido o magistério indígena pela a Secretaria da Educação do Ceará -SEDUC e também pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI. Sendo que, as formações dos professores da região sertão que contemplava Crateús, Quiterianópolis, Monsenhor Tabosa, Tamboril e Poranga foi realizado pela SEDUC, com essa formação do magistério indígena os educadores podiam trabalhar com a EI também.

E diante da primeira pergunta, a professora fala também como surgiu as turmas de EI nas comunidades indígenas nos bairros de Crateús, o histórico do início das turmas de EI em Crateús não estava nas indagações propostas, mas ela fala que é de importância fazer um histórico para se ter um embasamento, como relata a mesma:

A EI em Crateús surgiu através das turmas Educação de Jovens e Adultos-EJA que foi criado devido a necessidade de muitos indígenas não saberem escrever seu próprio nome, então começamos a criar turmas dentro das comunidades indígenas para os adultos aprender escrever pelo menos o nome, os professores na época eram aqueles indígenas que sabiam ler e escrever. após muitos adultos conseguirem aprender a escrever seu nome e alguns desenvolverem a leitura. Assim, os adultos sentiram a necessidade dos seus filhos estudar, pois tinha turmas também em algumas instituições do município, mas as vagas eram para aquelas famílias que tivesse condições. Sendo assim, os educadores indígenas abriram turmas com os curumins, sendo que ainda não tinha instituição e lecionava em sedes comunitárias e debaixo de árvores.

E após a professora responder as primeiras indagações das questões gerais, e fazer o breve resumo de como iniciou as turmas de EI em Crateús, seguimos para as perguntas mais específicas sobre o tema.

Iniciei com a pergunta 2.1 do roteiro para entrevista (APÊNDICE B), indaguei a professora quais as práticas pedagógicas desenvolvidas na aprendizagem dos curumins dentro das instituições indígenas, a mesma responde:

Para o desenvolvimento nas práticas pedagógicas das crianças agregamos a nossa cultura como forma do desenvolvimento da criança, desenvolvemos trabalho de pintura com urucum, produção de artesanatos como: confecção de colar, maraca, pois através da confecção do artesanato trabalhamos o desenvolvimento da coordenação fina, durante esse momento de produção de artesanatos juntamos algumas salas, para as crianças ir desenvolvendo também a convivência com outros alunos, mas devido a pandemia algumas atividades ficaram restritas, e agora que estamos voltando aos poucos. Realizamos também o toré com todos os alunos, chamamos as lideranças, pajé, cacique da nossa aldeia.

Baseada na resposta da professora entrevistada, pode-se destacar alguns direitos de aprendizagem e desenvolvimento da criança, como o conviver e participar.

Pois com base na BNCC “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas”.(BRASIL,2018, p.38)

Desde modo, com base na entrevista e na BNCC (BRASIL,2018) a convivência com as outras crianças e adultos no qual a instituição realiza com as crianças associando a cultura indígena, ajuda no desenvolvimento, fazendo com que os curumins desenvolvam a prática da convivência e a participação com os adultos e também com as outras crianças.

Dando continuidade, perguntei sobre a importância da formação das professoras indígenas no contexto de uma instituição indígena a professora relata:

A formação dos educadores é de suma importância, pois precisamos estar sempre nos atualizando, mas infelizmente faz tempo que nós não realizamos mais formações voltadas para os educadores indígenas, o último magistério indígena que realizamos foi em torno de 2005, e hoje temos professoras em nossa escola que não tem o magistério indígena, tem somente a graduação.

Baseado na seção anterior do referencial teórico foi mencionado sobre as formações das professoras indígenas, no qual as formações vêm-se dando tanto por meio de cursos de magistério indígenas em nível médio, modalidade normal, quanto mediante licenciaturas interculturais. E atualmente os magistérios não estar sendo mais realizado, mas existem as licenciaturas interculturais em nível superior que qualificam os professores a lecionar várias disciplinas na instituição indígena.

Na sequência da entrevista, perguntei a professora como ela desenvolve com os curumins as tradições indígenas dentro do espaço educacional, ela responde:

Com as crianças vou desenvolvendo as tradições do nosso toré, no qual realizo com as crianças todos os dias, canto algumas músicas do toré, e após canto com eles também, algumas cantigas não indígenas, desenvolvo com eles a produção de artesanato, contação de histórias indígenas. E sempre pergunto a eles quem é o pajé e o cacique do nosso povo. Esse trabalho é realizado com todos os alunos, tanto os alunos indígenas e não indígena que estuda na escola.

Com base na observação que realizei antes da entrevista como meio de aprofundamento para a construção do presente trabalho pude ver o trabalho que a professora realiza com as crianças, inicialmente ela começa a aula com a oração,

pergunta o dia , o mês que estamos, em seguida canta algumas músicas infantis e após junto com todas as crianças em uma roda, para ser realizado o toré, a professora cantou com as crianças quatro músicas indígenas, e diante da observação pude perceber o quanto as crianças gostam daquele momento que a professora realiza com eles.

Adiante, seguindo o roteiro da entrevista, perguntei a professora se existem documentos em que os educadores se baseiam para a aprendizagem dos curumins, e quais os documentos:

Utilizamos documentos como a RCNEI (BRASIL, 2012), DCNEI (BRASIL, 2012) as resoluções 447/2013 que regulam sobre a criação e o funcionamento das escolas indígenas, e a resolução 382/2013 que dispõe sobre o funcionamento de escola indígena no sistema de ensino do Ceará e de outras providências. E tem também o documento curricular referencial do Ceará que aborda sobre a educação infantil e ensino fundamental, e a LDB (BRASIL, 1996).

Na construção do referencial teórico já mencionado na seção anterior, os documentos citados pela professora contribuem bastante para as instituições indígenas, e a partir da realização da entrevista pude pesquisar mais sobre o documento curricular referencial do Ceará- DCRC (CEARÁ, 2019) no qual é um documento que contém diretrizes e orientações que atendem cada particularidade de cada instituição de ensino e norteiam a construção do currículo escolar na rede de educação básica.

E através de pesquisas realizadas sobre esse documento que a professora mencionou, pude observar que esse documento garante também que as instituições indígenas possam garantir a inclusão dos saberes e das práticas culturais pela as comunidades indígenas como mencionado no DCRC (CEARÁ, 2019, p.67):

O currículo das escolas indígenas é construído numa perspectiva intercultural, ligado às concepções e práticas socioculturais de cada povo, de modo a contribuir com o fortalecimento da cultura e identidade indígenas, pautado na valorização dos saberes tradicionais, tais como: línguas indígenas, crenças, memórias, identidade étnica, manifestações culturais e práticas desportivas. O projeto curricular, assim concebido, caracteriza-se por sua flexibilidade na organização dos tempos e espaços pedagógicos, tanto no desenvolvimento da base nacional comum, quanto da parte diversificada, de forma a garantir a inclusão dos saberes e das práticas culturais produzidas pelas co-

munidades indígenas, considerando o conceito de pertencimento étnico, fundamental para a formação de indígenas críticos, autônomos e conhecedores de sua história. (CEARÁ, 2019, p.67).

O DCRC (CEARÁ,2019) é um documento novo que norteia a construção dos currículos escolar, e que respeita cada particularidade de cada instituição, assim, já aborda também a educação indígena no documento, para que a educação indígena possa trabalhar suas práticas culturais dentro das instituições.

Seguindo a pergunta 2.5 do roteiro de entrevista, indaguei a professora perguntando a importância de trabalhar as tradições indígenas com a EI, a professora responde:

Trabalhar a cultura indígena com a EI é muito importante, pois desde a EI a criança vai tendo conhecimento com a sua cultura, fortalece as nossas raízes indígenas, resgate dos rituais, pinturas e a história dos troncos velhos. E importante todos os dias esse trabalho com as crianças, para que a nossa cultura não seja perdida, e que possamos passar de geração para geração.

A partir do relato da professora, durante a observação pude estar vendo o quanto as crianças gostam desse momento de revitalização da cultura indígena, e vejo que é de suma importância esse trabalho com as crianças. E podemos utilizar como embasamento a BNCC (BRASIL, 2018) as dez competências gerais que asseguram no processo de aprendizagem e desenvolvimento e formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa e inclusiva, com base temos a 6ª competência: “valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo” (BRASIL,2018).

Assim, é de suma importância esse trabalho que desenvolve com as crianças na EI, assim fortalece a diversidade de saberes e a criança vai se conhecendo e se apropriando de conhecimento.

E para finalizar a entrevista, foi perguntado sobre a importância de ter professoras indígenas lecionando dentro das instituições indígenas a mesma responde:

Para trabalhar dentro da escola, é importante que seja indígena, pelo fato de conhecer o seu povo, e conhecer também as tradições indígenas que devemos desenvolver com as nossas crianças, e um não indígena não iria entender e saber das nossas praticas, da nossa cultura e costume.

E com base na resposta da professora, temos a citação de Maher (2006, p.23) em que argumenta que “o primeiro passo para garantir a existência desse tipo de escola é que o condutor de todo o processo escolar, seja evidentemente, um professor indígena.” Ou seja, para que o conhecimento indígena possa ser repassado desde a EI até as series finais, é importante que esse processo seja feito por educadores indígenas.

E como cita a DCNEI (BRASIL,2012) “A qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena necessita que sua proposta educativa seja conduzida por professores indígenas, como docentes e como gestores, pertencentes às suas respectivas comunidades”. (BRASIL, 2012).

É importante destacar, que diante a observação na instituição e diálogo com a diretora da instituição a mesmo relatou que todo o seu quadro de funcionários é indígena.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas feitas em documentos legais, artigos, teses, entrevista e observação feita em uma sala de atividade em EI para um melhor embasamento da teoria versus a prática, pude perceber o quanto é importante a revitalização da cultura indígena desde a EI, pois é na infância que começamos a nos conhecer, ou seja, conhecer a nossa história. Como cita a LDB (BRASIL, 1996): “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.”

As práticas realizadas pelos os educadores são essenciais, principalmente nas instituições indígenas, pois como embasamento tive duas instituições que pude observar para a construção desse trabalho, uma das instituições foi realmente para ver a realidade como funciona o trabalho com os curumins, com foco na construção do presente trabalho, e a outra instituição realizei o estágio em EI, disciplina obrigatória para a licenciatura em pedagogia, e também coletei informações para um melhor aprofundamento.

E com base na resposta da professora já até mencionada na seção anterior, mas faz-se necessário trazer novamente o objetivo geral desse trabalho que é identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora na aprendizagem dos curumins em uma instituição indígena que atende a EI no município de Crateús, e para chegar aos objetivos foi necessário realizar pesquisas bibliográficas e estudo de campo entrevista e observação que foi de suma importância para alcançar o presente objetivo dessa monografia. Como menciona a professora:

Para o desenvolvimento nas práticas pedagógicas das crianças agregamos a nossa cultura como forma do desenvolvimento da criança, desenvolvemos trabalho de pintura com urucum, produção de artesanatos como: confecção de colar, maraca, pois através da confecção do artesanato trabalhamos o desenvolvimento da criança, durante esse momento de produção de artesanatos juntamos algumas salas, para as crianças ir desenvolvendo também a convivência com outros alunos.

E através da resposta da professora entrevistada, e da observação realizada pude responder o principal objetivo desse trabalho, vi o quanto é essencial, despertar na criança o interesse de trazer a cultura indígena, pois são essas práticas que

tornam as instituições indígenas diferenciadas, e através dos artesanatos, pode trabalhar o desenvolvimento da criança, e também o reconhecimento da criança e seus campos de experiência.

Como menciona Freire (2008), em qualquer modalidade educativa, deve existir na educação o respeito à identidade cultural, mas também o reconhecimento de cada indivíduo em assumir suas culturas, tradições.

E assim, pode-se perceber que as instituições indígenas trabalham esse reconhecimento desde a EI, para as crianças ir se identificando e reconhecendo sua cultura.

E possível perceber que a educação indígena tem avançado, mas não como deveria ser, avançou em relação aos prédios institucionais que os indígenas tem, um espaço educacional que contemple os indígenas da aldeia. E em relação as formações das professoras com base na entrevista realizada, ainda precisa ser melhorado.

Pude perceber o quanto as práticas das instituições indígenas são respeitadas como menciona na Lei de diretrizes e Bases - LDB (BRASIL,1996) “a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências.”

Pois até em seleções, sempre é respeitado, a CREDE não interfere muito como as instituições indígenas devem funcionar. E os documentos base como: CF (BRASIL,1988) LDB (BRASIL,1996), RCNEI (BRASIL,1999), e DCNEI (BRASIL,2012) garantem essa diversidade cultural que as instituições indígenas trabalham.

Contudo, é importante que as instituições indígenas possam sempre estar realizando esse trabalho de revitalização com as crianças, pois só assim a cultura indígena estará sempre viva e mantida de geração para geração.

Pois infelizmente trabalhos voltados sobre a cultura indígena, principalmente com as crianças que é a base do fortalecimento e resgate da cultura não tem muitos trabalhos voltados para essa temática como citado por MIEIB (2005): “Dentro deste campo de estudos, podemos dizer que estudos sobre a Educação infantil indígena são considerados raros”. (MIEIB, 2005, p. 06 *apud* TROQUEZ, 2017, p.06).

Ao realizar as buscas pude perceber minimamente trabalhos voltados para essa temática de suma importância. E através da construção do presente trabalho

ficaram muito aprendizado, o quanto é importante o desenvolvimento das práticas culturais com as crianças da EI, de ver presencialmente as práticas com as crianças, o toré realizado pelos curumins, artesanatos, o desenvolvimento da criança através das práticas indígenas, trabalho de suma importância realizado somente pela as instituições indígenas realizam com as crianças, pois as práticas culturais desenvolvidas com os curumins inicialmente fortalecem a cultura indígena, fazendo com que as práticas culturais permaneçam vivas.

Através dessa pesquisa, possam dá mais visibilidade para a EI nas instituições indígenas, realizar mais escrita acadêmica voltadas para essa temática que é de suma importância, de observar como é desenvolvidas as práticas pedagógicas nas instituições indígenas e observar a riqueza de conhecimento que é desenvolvido nas instituições indígenas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BARTELMÉBS, Roberta Chiesa; **A observação na pesquisa em educação**: planejamento e execução. 2008. (Outro).

BRASIL, MEC/SEF. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto**, Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Dispon: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEB, 2006. BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Política nacional de educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/2012., de 22 DE JUNHO DE 2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Resolução CNE/CEB 5/2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão Lançamento Virtual (Provisória)**. Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: Acesso em: 03 mai. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GATTI, Bernadete A. Potenciais riscos aos participantes. In: **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. ÉTICA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS** Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, 133 p.; v.1, p. 36-42. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica\\_e\\_pesquisa\\_em\\_educacao\\_isbn\\_final.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_isbn_final.pdf). Acesso em: 06 jul. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa. Plagender**, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2008

LIMA, Elvira Souza. **Currículo e Desenvolvimento Humano**. In: BEAUCHAMP, Janete PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs.). **Indagações sobre Currículo**. Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Brasília:Secretaria de EducaçãoBásica,2007. 56p.Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>. Acesso em: 28 out.2020.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-37.

MENEZES, EbenezerTakuno de. Verbete RCN para Escolas Indígenas. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/rcn-para-escolas-indigenas/>>. Acesso em 11 dez 2021.

OLIVEIRA, Arineyde Maria D' Almeida Alves de. **Oralidade em práticas na educação infantil**. 2019. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16887>. Acesso em: 06 out. 2021.

Paiva, José Maria de TRANSMITINDO CULTURA: A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL, 1549-1600 **Revista Diálogo Educacional**, vol. 1, núm. 2, julho-diciembre, 2000, pp. 1-2

SCHRAMM. Sandra Maria de Oliveira. MACEDO. Sheyla Maria Fontenele. COSTA. Expedito Wellington Chaves. **Fundamentos da Educação Infantil**. Fortaleza-2019-3ªEdição Publicação do Sistema UAB/UECE, 2019

TROQUEZ, M. C. C. Educação infantil indígena na legislação e na produção do conhecimento. Horizontes – **Revista de Educação**, Dourados, MS, v.4, n.7, janeiro a junho 2016.

## APENDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação de Crateús- FAEC da Universidade Estadual do Ceará- UECE. Estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da professora especialista Laís Helena Marques Garcia, cujo objetivo é analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora na aprendizagem dos curumins em Educação Infantil- EI nas instituições indígenas no município de Crateús-CE.

Sua participação será através de responder aproximadamente 11 (onze) perguntas da entrevista com instrumental de coleta de dados, cujas questões estão relacionadas ao tema e a etapa de educação em estudo. E a entrevista será gravada, não sendo divulgada sua imagem.

Essa entrevista terá em média 30 minutos, sendo realizada através da sua disponibilidade de horário. No qual terá apenas o áudio gravado para fins de pesquisa. Sua participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) Pesquisador(es) contato: \_\_\_\_\_ orientadora, \_\_\_\_\_

Atenciosamente;

---

Nome e assinatura do(a) estudante

Matrícula:

---

Local e data

---

Nome e assinatura do (a) professor (a) especialista supervisor(a)/orientador(a)

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

---

Nome e assinatura do participante

---

Local e data

## **APÊNDICE B- ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE EI**

### **1 QUESTÕES GERAIS**

- 1.1 Qual sua área de formação? Tem alguma especialização? Se sim, qual/
- 1.2 Em qual instituição se formou? Há quanto tempo?
- 1.3 Há quanto tempo trabalha na instituição indígena?
- 1.4 Já trabalhou nas instituições convencionais?

### **1 QUESTÕES ESPECÍFICAS DO TEMA**

- 2.1 Quais as práticas pedagógicas desenvolvidas na aprendizagem dos seus curumins dentro das instituições indígenas?
- 2.2 Qual a importância da formação de professores indígenas no contexto de uma instituição indígena?
- 2.3 Como é trabalhado as tradições indígenas na instituição com a EI?
- 2.4 Existem documentos em que os educadores se baseiam para a aprendizagem dos curumins? Quais?
- 2.5 Qual a importância de se trabalhar as tradições indígenas com os curumins da EI?
- 2.6 Quais formações os educadores indígenas recebem por ser uma instituição indígena?
- 2.7 Qual a importância de termos professores indígenas lecionando dentro das escolas indígenas?